

## Deslocamentos sociais provocados pelo ensino superior: as ações e percepções de mediadores formados no curso Educação do Campo da Transamazônica e Xingu

 Alcione Sousa de Meneses<sup>1</sup>,  Ramonildes Alves Gomes<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal do Pará - UFPA. Campus de Altamira. Faculdade de Etnodiversidade. Rua Cel. José Porfírio, 030, Bairro Recreio. Altamira - PA. Brasil. <sup>2</sup> Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

*Autor para correspondência/Author for correspondence: alcione@ufpa.br*

**RESUMO.** As reflexões do presente artigo centram-se nos egressos do curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFPA-Campus de Altamira, vistos, para efeito desta análise, enquanto agentes mediadores, os quais se auto declaram pertencentes às ações coletivas ligadas ao campesinato. Objetivamos analisar, a partir de uma abordagem qualitativa de pesquisa, a dimensão histórica manifesta no pressuposto de continuidade da classe (o nominado, genericamente, Movimento Social da Transamazônica) que os mediadores portam, aliada aos sentidos de mudança que os mesmos têm incorporado diante da formação universitária recebida que repercutem sobre os espaços de mediação dos egressos. Os dados produzidos através das técnicas de entrevistas individuais e de grupo focal permitem inferir que a incorporação e o uso de outras formas de capitais (institucionalizados por meio do ensino superior) têm contribuído para a emergência de mediadores, alguns advindos da posição de lideranças locais, outros assumindo esse lugar de intermediar demandas, recursos, etc; em ambos os casos, é possível que estejam construindo instâncias locais de poder, criando espaços de inclusão política, ou ainda questionando internamente a própria ação coletiva.

**Palavras-chave:** educação do campo, deslocamentos sociais, mediadores, Transamazônica e Xingu.

## **Social dislocations caused by college education: actions and perceptions of mediators graduated in Countryside Education of Campo da Transamazônica and Xingu**

**ABSTRACT.** The present work focuses on individuals with Licentiate degree in Countryside Education of UFPA – Campus of Altamira, regarded as mediating agents who consider themselves participants in peasantry-related actions. The main objective of this study is to analyze, through a qualitative research approach, the historical dimension present in class continuity assumption supported by these mediating groups (referred as Social Movement of Transamazônica), associated with the sense of change they have developed in college thus affecting their mediating scope. The data obtained through techniques of individual and focus groups interviews reveal that incorporating and using certain forms of capital (institutionalized through college education) has contributed to the emergency of mediators, some of them deriving from local leadership positions and others intermediating demands, resources, etc. In both cases, these groups may be building local instances of power, by creating chances of political inclusion or even questioning internally the collective action itself.

**Keywords:** countryside education, social dislocations, mediators, Transamazônica, Xingu.

## **Desplazamientos sociales provocados por la enseñanza superior: las acciones y percepciones de facilitadores egresos del curso de Licenciatura en Educación del Campo, de la UFPA - Altamira Campus**

**RESUMEN.** El presente artículo busca focalizar las acciones y reflexiones de militantes de las acciones vinculadas al campesinado en la zona Transamazônica y Xingu, egreso en el curso de Licenciatura en Educación del Campo de la UFPA-Campus Altamira, tomando como presupuesto, a efectos de este análisis, el encargo de facilitadores. El objetivo es hacer un estudio, desde un abordaje cualitativo a través de una anchura histórica expresa en el presupuesto de continuidad de acción clasista llevada a cabo por el denominado genéricamente ‘Movimento Social da Transamazônica’, al que los facilitadores, añaden, así como los sentidos del cambio en sus performances de militantes. Los datos producidos tras las técnicas de entrevistas individuales y por equipos focalizados, asientan la deducción de que la incorporación del *habitus* académico, bien como el uso de maneras referente al capital cultural reunido a través del acceso de los militantes a la enseñanza superior, hayan aportado para que los mismos tomen sus posiciones de liderazgo y de fundamental importancia para el intermedio junto al Estado de exigencias comunales, sino también a la capacitación de demandas. Los facilitadores intervienen buscando la construcción de peticiones regionales de poder, creando espacios de inclusión política, cuestionando internamente el propio entorno colectivo.

**Palabras clave:** educación del campo, desplazamientos sociales, facilitadores, Transamazônica e Xingu.

## Introdução

O curso de licenciatura em Educação do Campo, do campus universitário de Altamira, localizado na região Transamazônica e Xingu, adota como matriz de referência do processo de formação, não os indivíduos enquanto alunos, mas coletivos sociopolíticos e étnicos que expressam outras formas de ser e estar pertencente a povos e comunidades tradicionais. Este é um dos requisitos para ingressar nestes cursos, cujo Processo Seletivo Especial (PSE), ao exigir a apresentação de documento de pertencimento social emitido pelas autoridades representativas dos respectivos coletivos, demarca a forma diferenciada de entrada no ensino superior.

Os coletivos sociopolíticos que articulam o alunado desse curso são camponeses, extrativistas, pescadores artesanais. A pesquisa centra-se nos egressos que se declaram pertencentes aos coletivos ligados ao campesinato, cujas famílias de origem e eles próprios vivem da agricultura familiar ou conjugam formas de vida e trabalho no campo e na cidade.

Os sujeitos pesquisados abarcam os egressos das primeiras turmas formadas em Educação do Campo, entre 2018 e 2019, que moram e atuam na região Transamazônica e municípios adjacentes à mesma, e, por isso mesmo, mantêm

também relação econômica intensa com o rio Xingu ou Amazonas. Os egressos vivem e atuam nos dez municípios que constituem a região Transamazônica<sup>i</sup>, vale destacar, assim nomeada a partir da frente de expansão da fronteira agrícola para a Amazônia brasileira, implementada na década de 1970. Gradativamente, a referência ao Rio Xingu foi sendo incorporada à nominação do território Transamazônica e Xingu, tendo em vista, principalmente, a visibilização das lutas sociais para reconhecimento de direitos a partir dos impactos socioambientais provocados pela construção da hidrelétrica Belo Monte, cuja discussão local data da década de 1980.

Ao todo, só nas quatro primeiras turmas formadas entre 2018 e 2019, são 118 egressos. Destes, entrevistei<sup>ii</sup> sete, entre homens e mulheres, em julho de 2019, sendo essas entrevistas individuais ou no formato grupo focal. Em outubro de 2020, em meio à campanha eleitoral para os cargos de vereador e prefeito, respectivamente nos Poderes Legislativo e Executivo municipais, realizei entrevistas com seis egressos e uma liderança sindical. Destes egressos, cinco estavam concorrendo a cargos de vereador/a em quatro dos municípios da região Transamazônica. As questões giraram em torno da história de vida, da relação dos

egressos e de suas famílias de orientação com o movimento social, e das repercussões do curso Educação do Campo em suas vidas.

Além da formação universitária em cursos diferenciados ou específicos, os marcos temporal e histórico comuns a estes egressos desenham a sua condição social em termos de características econômicas e políticas inseparáveis das ações públicas e da dinâmica da estrutura agrária no processo conformativo da região Transamazônica. Essa condição social se exprime por três processos sociais:

**a)** A constituição do campesinato de fronteira na Amazônia como expressão do capitalismo autoritário (Velho, 1979). **b)** A relação das famílias de referência desses egressos com os desdobramentos e ações inerentes à construção e à reprodução da colonização, reconhecida localmente como estrada Transamazônica (BR 230). **c)** A organização social de base sindical, forma de resistência coletiva visando às possibilidades de permanência na terra e na região, de fato reivindicante de investimentos do Estado, para além do iniciado e alardeado projeto de colonização da década de 1970, sem a completa implementação desse projeto.

Os atores sociais representativos da atividade agrícola por meio do Movimento pela sobrevivência na Transamazônica

(MPST), do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) e da Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) vêm se posicionando, por ação coletiva<sup>iii</sup>, em relação concorrencial ou de parcerias, para operarem no campo de disputas por recursos diversos e adequarem-se às exigências interpostas pela ação pública. Por tais ações, condições de possibilidade foram criadas para implementação de projetos coletivos, sejam os familiares, sejam os políticos, ou seja, de alcance estrutural.

Assim, pretendemos refletir acerca da posição de mediadores sociais que esses egressos têm assumido junto às organizações sociais representativas do campesinato (que se deram e se dão sempre inseparável das lutas por educação na região lócus deste estudo). Objetivamos ainda analisar os sentidos que os egressos dos cursos atribuem à sua prática, em diálogo com dois elementos do contexto social que demarca a socialização dos mesmos, a saber, a *experiência* de campesinato de fronteira vivida pessoalmente ou por tabela (via socialização familiar), e a formação universitária em curso específico. Além desse objetivo, buscamos também refletir sobre as formas de atuação desses agentes mediadores que constituíram redes,

ligações institucionais a partir das ramificações de suas ações. Movemo-nos por algumas questões centrais: quais conteúdos, sentidos e valores os egressos mobilizam ao ocupar o lugar de mediadores sociais com capital cultural institucionalizado via ensino superior? Quais mudanças têm ocorrido na posição social que estes egressos ocupam e no *modus operandi* da mediação exercida por esses agentes?

Este artigo está organizado da seguinte forma: inicialmente, abordamos o conceito de mediadores sociais e os referenciais teórico-metodológicos que embasaram as análises; em seguida, abordamos a relação do curso Educação do Campo com o movimento social local; no terceiro tópico, fazemos uma caracterização inicial dos agentes mediadores e apontamos as possíveis disposições e percepções valoradas como herança cultural própria; e, por fim, analisamos como esses agentes significam o passado comum e como a formação universitária influencia na reflexão do que valorizam como permanências desejadas e mudanças requeridas dos repertórios de ação, todos exprimindo estruturas cognitivas que operam na construção de formas de se representar e pensar sua ação.

## **Escolhas teórico-metodológicas**

O processo de mediação social, bem como o papel e a forma de atuação do mediador, vem sendo adotada como categorias explicativas de certos fenômenos sociais, sobretudo na literatura sobre campesinato. A princípio, nas décadas de 1950/60, as análises antropológicas sobre campesinato e mediação foram realizadas em meio aos estudos de comunidade. Privilegiaram temas da mediação associados à patronagem; o foco estava sobre a organização interna das comunidades. Nesse momento, a figura do mediador é comumente apresentada como o *broker*, alguém que age na articulação entre partes distintas, facilitando transações econômicas. A ampliação e consolidação da mediação enquanto conceito acadêmico se deu sobretudo com Wolf (2003), quando o mesmo passa a operar com tal conceito para analisar as relações sociais e trocas (políticas, econômicas, culturais) entre sociedades camponesas e a sociedade nacional (Nussbaumer & Ros, 2011). Wolf lança luzes sobre o papel estratégico do mediador enquanto agente que atua na interconexão entre universos sociais distintos e assimétricos, típicos de sociedades complexas.

Apesar de distintos, o local (o interno) e o nacional (o externo) –

universos sociais onde atuam os mediadores – são interdependentes, constituem-se por redes de grupos de relações mútuas. Destaca-se nas pesquisas de Wolf, uma das principais funções do agente mediador: a lida em meio a relações de poder, especialmente na busca de acesso a recursos e serviços públicos pelas populações locais. Decorre daí a posição também de exercício de poder desse agente, dado o acesso a informações, às redes institucionais e ao conjunto de competências que desenvolve. Segundo Nussbaumer e Ros (2011), sob esses referenciais analíticos, amplia-se a noção de mediador para além da ideia de *broker* (cuja ênfase esteve nas transações econômicas); o mediador é também compreendido enquanto o agente que atua na articulação de vários campos sociais – o cultural, o econômico, o político, o religioso, etc.

Outro aspecto presente na literatura específica sobre mediação é a referência aos processos de transformação social – senão mudança social –, que a atividade mediadora é capaz de protagonizar. Sobretudo por agir na interligação entre mundos sociais hierarquizados, os mediadores, fazendo uso de competências e relações sociais, são potencialmente capazes de promover formas de inclusão pelo acesso menos desigual às instituições,

programas e políticas públicas, dentre outras. Essa temática vem sendo bastante refletida nas obras de Neves (2008, p. 32), para a qual a ação mediadora põe em movimento “... as transformações dos lugares públicos e a renovação das modalidades e funções da política”.

Foi com o enfoque nas transformações no meio rural, catalisadas pelas lutas sociais em contextos de concentração de terra e exclusão de trabalhadores que os estudos de mediação iniciaram no Brasil, a partir dos anos 1970 (Novaes, 1994). Essa perspectiva analítica continuou muito presente na bibliografia sobre mediação no Brasil nos anos 1990 e, principalmente entre os anos de 2003 a 2016, devido à efervescência de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural; à criação de créditos agrícolas voltados à chamada agricultura familiar (a exemplo do FNO especial, do PRONAF e das políticas orientadas pela dimensão territorial de desenvolvimento que orientaram as ações nos governos democráticos nesse período); e às ações públicas favoráveis a uma maior participação da sociedade civil na construção de demandas e execução destas ações.

Como interpretamos, há no curso histórico da região Transamazônica e Xingu, um processo de constituição da

militância, sobretudo ligadas ao campo, na Transamazônica, na década de 1970, regida por uma legitimidade carismática sob mediação da igreja católica; a partir de meados da década de 1990, assiste-se a processos formais de constituição de lideranças ou mediadores em cursos, demandados pela ação coletiva, visando à profissionalização de seu quadro (Meneses, 2010). Esse fato diz respeito a um processo de racionalização social em curso, visto que o diploma universitário passa a ser valorizado diante da necessidade de legitimação e da necessária qualificação da fala, a partir da aquisição do saber formal, dado ser importante para captação de recursos públicos, para participação nos espaços institucionalizados, sobretudo quando o Estado se aproxima da sociedade civil atribuindo a esta responsabilidades que em princípio seriam suas (como nos casos de gerenciamento de serviços de previdência social nos STTRs), ou convidando-a a pautar políticas de desenvolvimento por meio dos conselhos municipais, etc. Vê-se um contexto social que passou a exigir uma espécie de atualização da distinção da classe à qual esses agentes mediadores pertencem.

Situamos o curso Educação do Campo como parte deste contexto de mudança da legitimidade do grupo, definido genericamente como movimento

social. O diploma obtido nesse curso implicaria racionalização da ação mediadora no contexto da Transamazônica, uma espécie de publicação oficial dos mesmos, e tem um efeito de consagração e licitação (Bourdieu, 1990), produzindo pessoas autorizadas porque investidas do conhecimento e do reconhecimento; um tipo de legitimidade racional-legal, distanciando-se da tradicional-religiosa (Weber, 1999).

A mediação, dado ser um fenômeno próprio de sociedades complexas, demanda investimentos e constante atualização do saber em mediar, a fim de adequar-se às espécies de capital e autoridade requeridas para falar em nome da classe aos interlocutores com perfis e itinerários políticos distintos. Bourdieu (2006) nos inspira a pensar a classe a partir de elementos econômicos e, principalmente, simbólicos reconhecidos – a manutenção desta ordem simbólica passa por um trabalho de produção de legitimidade. Estratégias de conservação e/ou reconversão das formas de capital (cultural, social, econômico) são necessários a fim de fazer ver e fazer reconhecer a distinção social da classe.

Em linhas gerais, valoramos ainda dois aportes empíricos na trajetória dos egressos estudados: o pertencimento ao percurso social de uma determinada

classe/grupo; e a formação universitária, cujas finalidades sociais dialogam com demandas de organizações representativas do campesinato, concebido como categoria política e epistêmica. Importa ainda, para fins de análise dos dados, neste artigo, pensar a posição dos mediadores enquanto *porta-vozes* em espaços de relações em que tal posição os leva a falar de classe, ou seja, de grupo mobilizado ainda que seus atores estejam morando e atuando fora das comunidades rurais; assim como falar em nome da classe segundo representação de demandas.

A origem comum dos agentes mediadores aqui analisados e/ou de suas famílias de orientação seria mobilizadora da representação de uma classe. As condições e condicionamentos concernentes à colonização dirigida pelo Estado, seguida da constituição de formas diversas de ação coletiva para enfrentamento da reclamada situação de abandono do Projeto de Colonização e consecução de recursos, são fatores que lhes atribuiriam o sentido coletivo e delineador de identidade social, de pertencimento dos egressos, engajados no chamado “grupo do movimento social da região”.

A experiência, conforme analisa Barth (2000, p. 129) é “... resultado da interpretação de eventos pelos indivíduos”.

A experiência liga-se também aos processos de subjetivação dos agentes em diálogo com a (não subsumidos na) estrutura onde são socializados; a ação dos mesmos sobre situações determinadas está imbuída da consciência desta experiência (Thompson, 2009). O conceito de experiência também vai ao encontro do fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, sendo este construído por personagens e fatos vividos pessoalmente ou por tabela (Pollak, 1992) – uma espécie de memória herdada na socialização histórica ou na socialização política em um território que se constituiu e/ou se modificou a partir do campesinato de fronteira.

Assim como Bourdieu, Thompson (2008) apresenta a noção de classe, ao abordar a classe não como algo dado, com existência perene e consolidada; antes são as lutas cotidianas em determinado espaço social<sup>iv</sup>, que constroem experiência em comum, “[e] essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência, e nas escolhas de homens e mulheres” (Thompson, 2008, p. 260).

O espaço socialmente construído compõe-se por campos onde se tecem as estruturas de relações e posições dos agentes. Os campos sociais são o lugar de luta no sentido da participação dos agentes

em atividades regradas e no sentido das relações de força entre agentes e entre instituições (Bourdieu, 2007). As formas de pensar, sentir e agir dos agentes são orientadas por “disposições ligadas a uma trajetória passada (habitus)” (Idem, 2006, p. 23). Há presente na subjetividade, nos esquemas de percepção e ação dos indivíduos, estruturas interiorizadas constituintes da coesão do grupo ou classe.

A noção de trajetória social é aqui assumida como orientação da análise. Algumas de suas características de análise são particularmente importantes para as finalidades a que nos propomos: a articulação entre as trajetórias individuais e as socializações coletivas, e a potencialidade de apreensão do social a partir do indivíduo, assim, o “... o acento se põe não na interioridade dos sujeitos, mas no exterior a eles: os contextos sociais que eles têm adquirido por experienciar um conhecimento prático” (Bertaux, 2005, p. 21).

### **A constituição do espaço em um campesinato de fronteira e as lutas pela permanência na região: contexto da demanda por educação diferenciada**

A existência do campesinato enquanto categoria social vai ao encontro do caráter político de sua trajetória, especialmente no Brasil. Condizente com este olhar, Wanderley (1997) analisa o

campesinato como expressão da diversidade político-cultural do mundo rural brasileiro, constituindo-se pelo enfrentamento de situações próprias da história social marcada por instabilidade econômico-política e precariedade estrutural, condição adversa que nutre a construção de uma identidade política contrastiva com os defensores do latifúndio e o autoritarismo do Estado. Nas relações com órgãos do Estado para consecução de recursos diversos, vêm sendo construídas autoidentificações distintas: agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas e tantos outros grupos que se mantêm como cultivadores rurais.

O espaço social deste campesinato de fronteira na Transamazônica, ao longo de sua trajetória, vem se constituindo pelo campo político (representado pelas organizações sociais/sindicais), o campo religioso (representado pelos espaços das organizações comunitário-religiosas) e o campo científico-acadêmico (representado por instituições de pesquisa como o LAET e a UFPA).

O processo de territorialização da região Transamazônica tem como marco a década de 1970, momento no qual se efetiva uma intensificação demográfica, resultante de um conjunto de políticas ligadas ao movimento – desencadeado pelo Estado – de expansão da fronteira

amazônica, expressiva de sucessão migratória dirigida (Velho, 1979), via ocupação horizontal da abertura de estradas e projetos de colonização, para expansão econômica brasileira fundada em grandes projetos, cuja finalidade era viabilizar a industrialização em larga expansão no contexto de regime militar. Os agentes da ação coletiva, na região polarizada por Altamira, conformam um grupo cuja posse da terra se deu com o projeto de colonização.

O período referente à metade da década de 1970 e, principalmente, os anos iniciais da década de 1980 coincidem com o auge da recessão provocada pela crise do modelo de intervenção estatal por meio do projeto de colonização agrícola. Este fora abandonado pelo governo federal, ficando as famílias de migrantes desamparadas e tendo que enfrentar uma série de dificuldades de sobrevivência, contando apenas com as relações de parentesco, as redes de vizinhança e os laços de conterraneidade (Hébette, 2002). A essas redes de solidariedade entre grupos familiares soma-se, aos poucos, os grupos de vizinhos organizados pela Prelazia do Xingu, mediante as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), cuja finalidade fora discutir os direitos dos agricultores e a questão fundiária, bem como realizar a alfabetização dos migrantes e seus filhos

(em experiências quase informais, dada a ausência do Estado).

Dessa forma, tendo em vista a aglutinação dos colonos em torno dos debates sobre direitos trabalhistas, ação sindical, celebrações religiosas, bem como a escolarização inicial dos migrantes e seus filhos, foi dado início a uma espécie de *comunidade política* (Weber, 1999), e, dentre os conteúdos mobilizadores, está uma certa crença subjetiva na comunidade de origem. Posto que “[a] realidade de todas as pessoas é composta de construções culturais” (Barth, 2000, p. 111), neste tempo-espço orientado pela atuação militante, ao mesmo tempo política e religiosa, a construção do grupo aconteceu, sobretudo, pela força política mobilizadora da ação coletiva em torno da identidade de *trabalhadores rurais* junto à de *colonos da Transamazônica*. A autoidentificação, a partir de uma organização própria e contrária à definição circulada pelo Estado, manifesta um projeto coletivo de resistência a partir do ‘trabalho de base’.

Até meados da década 1970, o projeto de colonização agrícola da Transamazônica funcionou com alguns subsídios estatais que garantiram acesso à terra, assistência à saúde e algumas poucas linhas de financiamento para o início da produção agrícola. A retirada da ação

pública neste processo de constituição do chamado campesinato de fronteira forçou a constituição de quadros institucionais forjados pela ação coletiva camponesa, que, grosso modo, constituíram o que é denominado pelos agentes enquanto “movimento social da região”, cuja base é sobretudo o sindicalismo rural, e, junto a este, vem constituindo-se agentes intelectuais e políticos ou mediadores sociais, os quais assumem o lugar de articulação entre atores e campos sociais para a construção de direitos e recursos, tendo em vista o atendimento de interesses específicos do campesinato, assim como provocar transformações nas relações de poder (Neves, 2008).

Como é possível observar, a reação dos agricultores para tornar realidade a construção de um espaço social de produção e reprodução camponesa corresponde a dois momentos nos quais a ação coletiva e a ação pública, por vezes, são antagônicas, outras vezes são complementares.

O primeiro diz respeito à constituição de quadros institucionais a partir da imposição do projeto de colonização e à gradativa organização coletiva de base comunitário-religiosa, que, aos poucos, frente à retirada da ação pública, em 1975, dá vida às organizações sindicais mais integradas e formalizadas,

cuja atuação regional e relações com organizações nacionais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), possibilitou a barganha política por direitos e a proposição de ações e projetos reivindicatórios de formas de inclusão de demandas dos agricultores na ação pública. Desse momento, constituíram-se o Movimento pela Sobrevivência na Transamazônica (MPST), entidade representativa dos diversos grupos sociais da região, sob a liderança dos colonos agricultores organizados em Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e com a parceria estratégica local/regional do “grupo dos professores” (que posteriormente viria a formar, na região, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará – SINTEPP), como também da Igreja Católica, mais precisamente, da Prelazia do Xingu. O espaço público das organizações sociais se fortalece significativamente também no cenário nacional, seja com os pares estratégicos como Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), CUT e Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), seja ainda na esfera político-partidária, tendo em vista a consolidação gradativa do PT, partido com o qual dialogavam as

lideranças do MPST e seus pares estratégicos.

O conjunto de articulações regionais e nacionais reforçou a construção de um Projeto Global de Desenvolvimento (PGDT), em 1991, a partir do “Grande Acampamento de Altamira”. Também definido como projeto alternativo de desenvolvimento ou projeto da “Nova Colonização”, propunha-se a “... recuperar o projeto de colonização em outras bases”. Nesse projeto, percebe-se o papel reivindicativo da ação coletiva, mas também o papel de ator social propositivo que passa a marcar o perfil do MPST (MPST, 1991), cobrando, para a realização de suas ações, assessoria de um quadro gerencial e de instituições de pesquisa, a fim de fundamentar o projeto de desenvolvimento que referenciava as reivindicações e proposições. Nesse contexto, foi constituída a Fundação Viver, Produzir e Preservar e, em 1993, a parceria com o LAET, através do Programa Agro-Ecológico da Transamazônica (PAET).

Gradativamente estas formas de agenciamento de mediadores vão se mesclando (não o anula) com conteúdo mais institucionalizado, tendo em vista a mudança discursiva e de repertórios de ação da classe para manter a distinção social e a legitimidade política. Isso corresponderia ao segundo momento da

constituição do espaço social camponês, no final da década de 1980 e início da década de 1990, que diz respeito à consolidação dos quadros institucionais e ao desafio da profissionalização e da ambientalização<sup>v</sup>.

Com a conquista de financiamentos específicos para a agricultura familiar, como o FNO especial, considerado uma das maiores conquistas por esse quadro institucional da década de 1990, por garantir a permanência das famílias nos lotes, as organizações sociais passam a exigir um quadro cada vez mais específico de profissionalização para apoio técnico, demandantes de saber acadêmico/escolar. Ainda como consequência desta conquista, constata-se o predomínio da pecuária como prática produtiva e a capitalização das famílias. A fim de dar continuidade ao projeto não só de ‘sobrevivência na Transamazônica’, mas de ‘desenvolvimento da Transamazônica’, ao mesmo tempo que se buscava alternativas para diminuir os impactos da evolução diferenciada dos estabelecimentos agrícolas, bem como qualificar os seus quadros, o MPST e FVPP mobilizam parcerias com órgãos de pesquisa como a EMBRAPA, o Groupe de Recherches et d’Echanges Technologiques (GRET) e com a Universidade Federal do Pará, para a criação do Laboratório Agroecológico da Transamazônica (LAET/UFPA), em 1993,

para o qual se previa um Programa de Pesquisa-Formação-Desenvolvimento, a fim de desenvolver pesquisas técnico-científicas orientadas para as demandas da agricultura familiar.

Em 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF, ao lado do já instalado FNO, dão visibilidade à agricultura familiar, mas impõem cada vez mais a exigência formal de profissionalização para inserção nos mercados agropecuários, em que a escolarização é posta como meio de acesso a este objetivo. Ao lado disto, a partir de 1999, tem-se a liberação de recursos do Programa Piloto para proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PP/G-7), captados pela FVPP, para difusão de novas técnicas de uso da terra.

A profissionalização e a ambientalização da ação coletiva põem em voga tanto a incapacidade técnica da produção agrícola (frente às demandas de agentes financiadores), quanto a inabilidade das antigas lideranças à frente dos quadros institucionais. Ao lado disso, a baixa oferta de alternativas (em quantidade e em qualidade)<sup>vi</sup> de escolarização nas vicinais da Transamazônica e nas comunidades ao longo do Xingu não atenderia às demandas e aos interesses específicos de profissionalizar os camponeses em bases agroecológicas, bem

como não promoveria a identificação das novas gerações de agricultores com a ideia-valor ‘luta’, referendada na ação coletiva e na trajetória da mesma para constituição da condição camponesa na região (Meneses, 2010).

Nesta conjuntura, o campesinato coloca em questão a educação universal frente aos desafios da gestão política da sua reprodução social. Diante dessa problemática, a partir de meados da década de 1990, investimentos importantes em propostas de escolarização diferenciadas, via Alternância Pedagógica, vêm sendo implementadas pelo campesinato ou com a parceria do mesmo em interface com o campo acadêmico. Assim pensadas, essas propostas têm sido colocadas como estratégias de reprodução social do grupo (Bourdieu, 2007), visando conservar sua posição social na condição camponesa, afirmar ou reforçar o habitus coletivo, mas transformando seu capital social<sup>vii</sup> e simbólico<sup>viii</sup> pela incorporação do capital cultural<sup>ix</sup> (representado pelo saber escolar/acadêmico).

A estrutura de legitimidade da ação coletiva exigia, assim, a credibilidade das proposições a partir de resultados de pesquisa, do emprego do conhecimento técnico e acadêmico. As formas de agenciamentos de agentes mediadores passam também a ter estes elementos como

referências, afinal a autoridade da agência dos mesmos não é mais exclusivamente a tradição de luta embasada no carisma religioso, nem nos repertórios dos discursos e lutas sindicais. A manutenção da classe e seu poder de diálogo ou de barganha com o Estado e suas instituições exigem mudança no capital de legitimidade específico (Bourdieu, 2006), ou seja, a distinção para se colocar como porta voz do grupo e porta voz de direitos advém agora da academia.

A necessidade do diploma, para além do capital social a que os agentes mediadores têm incorporado, expõe uma estrutura social em mudança e, como interpretamos, dois investimentos importantes da ação coletiva para a conservação e/ou ampliação de seus quadros institucionais são assumidos: as escolas comunitárias Casas Familiares Rurais, a partir de meados da década de 1990, e, na década de 2000, o curso Educação do Campo, além do curso Etnodesenvolvimento que já vinha sendo demandado à UFPA pelas organizações sociais da região – as primeiras, mantidas pelos STTRs, sobretudo, e destinadas a formar os filhos dos colonos agricultores no nível de ensino fundamental e médio; os segundos, destinados a formar em nível superior os agentes da ação coletiva. Em grande medida, esses cursos superiores de

educação diferenciada foram sendo implementados com a parceria formal ou tácita dos quadros institucionais que compõem a ação coletiva regional: Associações indígenas, MDTX, FVPP (que articula os STTRs da região), Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, Coletivo de Mulheres Negras, Movimento Xingu Vivo para Sempre, Movimento de Atingidos por Barragens e Colônias de Pescadores Artesanais.

A ideia de educação diferenciada vem se convencendo enquanto conceito genérico para definir/nomear as experiências de educação escolar e universitária de caráter inovador (Brasil/Mec-Secad, 2007), distintas das oferecidas nas cidades e implementadas com/a partir do protagonismo político de povos e comunidades tradicionais, constituídos por diversos pertencimentos étnico-políticos: indígenas, camponeses, ribeirinhos, extrativistas, quilombolas. No cenário nacional, as lutas por educação diferenciada, coladas à construção de uma nova categoria de percepção do mundo social: povos e comunidades tradicionais, em um contexto de transformações políticas e novas práticas organizativas (Cruz, 2012), juntam-se ao debate e às demandas por Educação do Campo que já vinha sendo protagonizada por diversos atores sociais desde meados da década de

1990, especialmente quando se constitui a Articulação por uma educação básica do campo entre 1997 e 1998 (Caldart, 2012). O curso de Licenciatura em Educação do Campo no campus de Altamira iniciou suas primeiras turmas em julho de 2014, a partir do edital do MEC/SECADI, com recursos do Procampo, que previa vagas para docentes, técnicos administrativos e recursos financeiros para implementação das turmas. No nível local, a implementação desse curso contou com o protagonismo de docentes da UFPA que já tinham uma trajetória de condução de cursos de ensino médio a partir do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), bem como um profícuo diálogo com lideranças das organizações sociais ligadas ao campesinato (STTRs, MPST, MDTX), de modo que as diretrizes gerais acerca da finalidade social e pedagógica do mesmo fora se desenhando na interface entre o movimento social local e a universidade, em observação ao que propunham as diretrizes nacionais do Movimento Por uma Educação do Campo.

O curso Educação do Campo em Altamira destina-se a formar educadores para atuar na Educação Básica, nas áreas de Linguagens e Códigos e Ciências da Natureza, nas séries finais do ensino fundamental e no ensino médio. Este curso

parte do pressuposto de que a educação deve realizar-se no conjunto das lutas e organizações do povo do campo, na luta pela terra e por condições dignas de vida e de afirmação de sua identidade; logo, defende que a mesma deva ser definida coletivamente pelos próprios sujeitos do campo, em contraposição às propostas urbanocêntricas de ensino (Caldart, 2012).

A forma de ingresso nesses cursos, por ter como um dos principais requisitos o pertencimento a coletivos sociopolíticos do campo, bem como as escolhas político-pedagógicas, acima expostas, que compõem a estrutura curricular dos mesmos, parecem reforçar ou atualizar o sentido da classe mobilizada. Os egressos expressam este possível conteúdo definidor de fronteiras identitárias e de uma trajetória de ‘lutas’, na qual o mesmo é posicionado enquanto meio para dar continuidade a essas lutas. Vejamos como externalizam esses conteúdos quando indagados sobre o que os mobiliza para agir no “movimento social” e para ingressar no curso: “... o curso de educação do campo veio como uma dupla dose de tudo aquilo que a gente almejava de luta, melhorar cada vez mais nesse processo de desenvolvimento rural para os camponeses, que estão lá no final do rio ...” (Lívio. Município Gurupá. Turma 1 Educação do Campo. Entrevista/julho de 2019).

A seguir veremos como estes agentes mediadores que obtiveram o diploma universitário representam a si mesmos, como significam o passado comum e como a formação universitária influencia permanências e mudanças dos repertórios de ação e estruturas cognitivas.

### **Repercussões atuais da formação universitária em Educação do Campo: deslocamentos identitários e socioprofissionais**

Os egressos entrevistados têm entre vinte e quarenta e cinco anos; formaram-se entre 2018<sup>x</sup> e 2019. Todos/as são casados/as ou já constituíram famílias próprias. Em comum, manifestam uma certa consciência moral e afetiva com o “movimento social da região”, que seria a sua base, e o curso de ensino superior os habilitaria para atuar melhor nesta base. Um senso de auto responsabilização é acionado quando se reportam ao seu papel na condução e continuidade das lutas pelo que julgam “desenvolvimento” de sua localidade, de sua comunidade. A aplicação do conhecimento formal direcionado à ação coletiva seria o dispositivo de atualização dos laços e das formas de “pagamento da dívida” ou renovação dos laços, agora segundo uma lógica institucionalizada ao modo de uma rotinização da tradição. Vejamos umas das falas significativas:

... o comprometimento né, com a causa que a gente vem lutando, desde a base como movimento social, foi um presente que nós ganhamos, fazer um curso de educação do campo, no sentido de incentivo, de aprimorar cada vez mais o nosso pensamento e acima de tudo tá conhecendo os direitos que nós temos, nós que moramos no campo. Então a gente, eu não me canso de falar que eu sou camponês com todo orgulho, e o curso de educação do campo trouxe para mim além do que minha base que foi na Casa Familiar Rural, que eu não esqueço disso. Mas o curso de educação do campo veio como uma dupla dose de tudo aquilo que a gente almejava, pensava de luta nas causas, melhorar cada vez mais nesse processo de desenvolvimento rural para os camponeses, que estão lá no final do rio ... (Lívio. Município Gurupá. Turma 1 Educação do Campo. Entrevista/julho de 2019).

Na fala acima é interessante ainda observar dois aspectos importantes que demarcam os pertencimentos e as atualizações políticas e identitárias dos egressos. 1) O primeiro diz respeito à origem da relação com as organizações sociais da ação coletiva, o que vai ao encontro das formas de agenciamento que mobilizaram/mobilizam estes agentes mediadores a compor seus repertórios de ação e sua experiência com a formação universitária obtida. 2) O segundo trata-se da forma de representar a si mesmo, que resguarda uma forte relação com o local e com a ideia de região, mas também uma ampliação de identificações sociopolíticas que parece ir ao encontro do que Hannerz

(1997, p. 24.) define como ‘zonas intersticiais’. Tratar-se-ia de agentes constituídos em zonas fronteiriças (reais ou simbólicas), e, deste lugar social, os mesmos têm “... espaço para ação [agency] no manejo da cultura”.

### **Agenciamentos, legitimação como “porta-voz” da classe, mobilidades socioprofissionais e identitárias**

Dez dos treze entrevistados entre julho de 2019 e outubro de 2020 têm uma relação orgânica com os quadros institucionais que compõem a ação coletiva na região Transamazônica e Xingu, com base no sindicalismo rural e/ou ao Partido dos Trabalhadores, cuja base nessa região é eminentemente rural. Três têm suas formas de atuação política a partir do sindicalismo docente (Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará/SINTEPP), cujas referências de atuação são bandeiras de luta relacionadas à condição profissional e de funcionamento das escolas sem distinção sobre serem do campo ou da cidade. É possível identificar duas formas de agenciamento que os levaram a construir uma atuação de mediadores sociais.

No primeiro grupo, situam-se os dez agentes mediadores cujo agenciamento se deu pelo pertencimento à “família de lideranças”, como eles definem. Estes são filhos/as, sobrinhos/as das primeiras

lideranças ou agentes mediadores que atuaram na constituição dos primeiros quadros institucionais para enfrentamento das condições de abandono do projeto de colonização agrícola no período da abertura da Transamazônica, retomada do sindicato de trabalhadores rurais, fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) local/regional, constituição do MPST, MDTX e FVPP. Nesse grupo, ainda se situam os egressos cujo recrutamento para a luta se deu a partir do STTR (por assumir funções nele) e a partir da formação na Escola Comunitária Casa Familiar Rural (CFR), a qual se configura enquanto um dos principais quadros institucionais da ação coletiva representativa do campesinato na década de 1990 e anos 2000. Neste grande grupo, é comum a passagem dos agentes pelas ações sociocomunitárias da igreja católica (grupos de jovens e demais ações pastorais). No terceiro grupo, identificamos os/as que em geral já exerciam a docência em escolas públicas, daí sua relação com o sindicalismo docente via SINTEPP – neste caso, o sindicalismo rural, ou os quadros institucionais dele decorrentes, não são uma referência nem para ingresso no curso, nem para a atuação posterior à formação universitária, mas todos têm uma relação com a região que se inicia pela origem familiar rural, e a posse

da terra a partir do projeto de colonização agrícola representa um tempo importante de sedentarização e com formas de representar a si mesmos reforçadas pelo curso.

Vejamos no quadro abaixo, de forma sucinta, a origem sociopolítica destes egressos, suas atuações profissionais e políticas antes, durante e após o curso:

Quadro 1 - Caracterização dos/as egressos/as.

<b>Egresso/ Município de origem e de maior atuação</b>	<b>Origem sociopolítica/ relação com o “movimento social da região”</b>	<b>Atuação socioprofissional antes e durante o curso</b>	<b>Atuação socioprofissional após o curso</b>
Júlio/ Placas	Família de lideranças pioneiras; CFR	de Educador na CFR; assistência técnica em agropecuária via STTR	Educador na CFR; assistência técnica em agropecuária via STTR (voluntariado); educador na rede municipal; diálogo com SEMED
Jermana/ Placas	Família de lideranças pioneiras	de Funções burocráticas no STTR; presidente do STTR	Presidente do STTR
Kátia/ Placas	Família de lideranças pioneiras/ Grupo de Jovens	de Empregos no comércio local	Empregos no comércio local; candidatou-se a vereadora pelo PT; maior engajamento nas ações do STTR
Simara/ Placas	Sindicalismo docente	Dona de casa; professora	Professora; candidatou-se a vereadora pelo MDB.
Renilda/ Medicilândia	Família de lideranças pioneiras; Grupo de Jovens	de Escola de Formação da CONTAG; Funções administrativas no STTR; Grupos de Jovens	Professora substituta na Faculdade Etnodiversidade/UFPA; Escola de Formação da CONTAG
Flávia/ Medicilândia	Família de lideranças pioneiras	de Professora concursada do município	Prof. concursada do município
Rosa/ Medicilândia	STTR	Secretária do STTR	Secretária do STTR; candidatou-se a vereadora pelo PT; compõe quadro técnico da Secretaria Municipal de Turismo;

Geane/ Brasil Novo	Família de lideranças pioneiras/ CEBs	Secretária e depois presidente do STTR; Vereadora pelo PT	STTR; candidatou-se a vereadora pelo PT, mas não foi reeleita
Lívio / Gurupá	Ex CFR; Grupo de Jovens	Assistência técnica em agropecuária via STTR; Grupos de Jovens	Prof. nas séries finais do ensino fundamental (área de linguagens e códigos); presidente da Associação da CFR; lutas para inclusão de ações em educação do campo na SEMED
Elaine/ Gurupá	Ex CFR; Grupo de Jovens	Direção da Associação da CFR; direção do STTR; prof na CFR	Secretaria de Desenvolvimento Econômico em Macapá/políticas voltadas à agricultura.
Ismael/ Senador José Porfírio	Ex CFR	Prestação de serviços em agropecuária	Diretor da Associação da CFR; desenvolvimento de pequenos projetos em agricultura
Mara/ Pacajá	Sindicalismo docente	Professora do município/zona rural	Prof. do município/zona rural; participação em eventos de formação docente; mobilizações na comunidade rural e na cidade.
Luana/ Pacajá	Sindicalismo docente	Professora do município/zona rural	Prof. do município/zona rural participação em eventos de formação docente; mobilizações na comunidade e na cidade.

Fonte: Dados de campo das autoras, 2020.

No primeiro grupo (mediadores cuja origem sociopolítica liga-se às famílias de lideranças, e os que têm essa origem construída pelo STTR e/ou pelas CFRs, onde se situa Lívio anteriormente citado), observa-se que os mesmos apresentam em seus discursos, de forma eloquente, um passado de luta, seja vivido pessoalmente ou por tabela. A *experiência de um campesinato de fronteira* parece ser um conteúdo forte que os mobiliza para se ver e se colocar como “porta-vozes” do grupo ou classe, pois a família ou pessoas muito próximas funcionam como referências para

a construção daquela consciência moral e afetiva da qual falávamos anteriormente:

O meu pai e minha ...vieram do Ceará em 1972, logo quando abriram a Transamazônica, vieram naquela leva da propaganda de governo “terra sem homens, para homens sem terra”. E eles conseguiram um lote, no município de placas ... Meu pai foi o fundador do Partido dos Trabalhadores em Placas ... E ele ia para Santarém, para Itaituba, para Altamira, rodava todos esses trechos aí, fazia reuniões escondido, apanhou, e teve todo aquele processo... eu cresci vendo meu pai e minha mãe saírem para as reuniões sindicais, esse vínculo nós crescemos juntos, inclusive os meus irmãos foram pra essa área da política (Júlio.

Município Placas. Turma 1 Ed do Campo. Entrevista/julho de 2019).

Fica implícito, na trajetória de socialização destes agentes, um trabalho de agenciamento político ao modo de uma possível estrutura internalizada em termos de classe, que seria transmitida pela experiência. Uma experiência experimentada como “... sentimento e lidam com esses sentimentos como cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores...” (Thompson, 2009, p. 235). Como vemos, esta forma de agenciamento e de legitimação da posição de agentes mediadores liga-se à incorporação do *habitus* de classe e da posição que esta ocupa no campo da organização sociopolítica. Os agentes aí socializados partilham um *ethos* coletivo que se constitui por uma “... trajetória atípica, portanto, por uma relação específica entre esta trajetória (e o *habitus* correlativo) e sua posição que os predispõe a sentir, pressentir e exprimir uma demanda social ...” (Bourdieu, 2006, p. 176).

Nestes primeiros tipos de agentes mediadores cujo agenciamento se dá pelas famílias de orientação e pelos quadros institucionais constituídos na ação coletiva por elas protagonizada, o curso Educação do Campo, reforça o lugar social de “portavozes” do grupo ou classe e os laços

políticos com a mesma. Observa-se também que o conhecimento formal acadêmico funciona, atualmente, como mecanismo de legitimação dessa posição, pois atribui maior autoridade para falar e se posicionar, especialmente junto às instituições e aos órgãos do Estado, mas também um reconhecimento interno destes mediadores nos quadros institucionais que constituem a ação coletiva. Vejamos como os entrevistados expressam isso: “... politicamente eu já tinha essa questão muito de eu ir falar, e hoje com o curso eu aprendi exatamente a hora de falar e exatamente a hora de ouvir o que as pessoas têm pra falar (Júlio. Município Placas. Turma 1 Ed do Campo. Entrevista/julho de 2019).

No segundo grupo, composto por agentes mediadores com pouca relação política com os quadros institucionais da ação coletiva representativa de um espaço social camponês (o “movimento social da região”), o curso Educação do Campo teria contribuído para construir uma relação mais orgânica dos egressos com o sindicalismo docente e com o pertencimento ao campo e às suas lutas e demandas educacionais; parece haver um direcionamento do olhar militante para a questão do campo como lugar de atribuição de auto pertencimento e de demandas específicas da ação educacional:

Só que a partir da hora que a gente começa a entrar nessa vida de acadêmico da educação do campo, aí você começa a ver que você tem que fazer a diferença, que você tem que fazer alguma coisa, as coisas vão começando a incomodar ... eu estudei em uma escola coberta de palha, a parede era de palha, mas aquilo também não me incomodava. A partir daí, isso passou a me incomodar porque a gente começa a ver que aquilo não é justo (Luana. Município Pacajá. Turma 2 Ed do Campo. Entrevista/julho de 2019).

Eu tinha uma visão muito assim do campo, por a gente sofrer tanto preconceito, eu já sofri, porque mesmo sendo criança do campo, eu já estudei aqui no município de Altamira ... sofri muito bullying na escola, que veio da roça, que falava errado .... Então o curso ele abriu assim entendimento, eu acho que ele fez perceber nosso valor né, como pessoa do campo, como agricultora, acho que despertou aquele sentimento, como é a palavra? Pertencimento. Me sentir pertencente àquela comunidade, aquele local, a questão de identidade mesmo, eu me identifiquei a partir do curso, como pessoa do campo (Mara. Município Pacajá. Turma 2 Ed do Campo. Entrevista/julho de 2019).

Entre os agentes mediadores com pouca relação política com os quadros institucionais da ação coletiva, podemos observar uma timidez nas representações sobre si e menor atuação sociopolítica antes e após o curso. Há uma repercussão política e identitária dos cursos de ensino superior nesses casos; os cursos teriam funcionado como meios de formação de uma possível condição camponesa positivada, sobretudo, por conta da

construção de uma auto representação sobre si e seu corpo (sua forma de expressar-se), e do seu lugar de voz pertencente a uma causa, principalmente quando interage com o mundo citadino. Superação de algo próximo ao que Bourdieu (2004, p. 117) fala acerca do *cuerpo empaysanit, acampesinado*: “... como *cuerpo de campesino tiene una percepción negativa ... No es exagerado afirmar que la toma de consciencia de su cuerpo es para él la ocasión privilegiada de la toma de consciencia de su condición campesina*”.

Esta auto percepção enquanto camponês, sobretudo entre os egressos do curso Educação do Campo, é bastante forte, certamente por conta do discurso curricular cuja presença do debate entre campesinato e a luta por direitos educacionais específicos é uma constante. Isso tem influenciado deslocamentos identitários, senão ampliação destes, tal como é possível identificar nos posicionamentos de Lívio. Especialmente nos trechos: “Eu não me canso de dizer que sou um camponês com todo orgulho... a gente pensava de lutar nas causas, melhorar cada vez mais nesse processo de desenvolvimento rural...”. Estes conteúdos identitários repetem-se nas representações de si, manifestas por Elaine e Ismael. Esses três egressos são ribeirinhos (sua relação

socioproductiva é com o extrativismo vegetal e animal/pesca artesanal), quando estes falam de si no sentido coletivo, acionam um “nós” com um passado de luta pela permanência na região, na agricultura.

É possível observarmos ainda que autoidentificações clássicas, como agricultores ou trabalhadores rurais, são intercambiadas com a ideia de povos e comunidades tradicionais, e isso tem significado deslocamentos do campo de atuação destes agentes mediadores, assim, as novas denominações/identidades podem estar representando transformações políticas locais, cuja questão indígena ou da pesca artesanal, por exemplo, historicamente se chocam (ou são invisíveis) com (aos) interesses e demandas territoriais de camponeses.

Poderíamos apontar a partir da fala acima que, aos deslocamentos sócio identitários, somam-se as formas de deslocamentos da atuação mediadora, também em uma dimensão espacial, quando a adesão às bandeiras de lutas socioambientais e étnicas possibilitam um trânsito maior por quadros institucionais diversos (do STTR para a Colônia de Pesca, por exemplo) e ampliação de fronteiras físicas (de uma atuação local/comunitária para uma atuação em nível municipal e regional). Parece ser possível falar de uma atuação mediadora

em “zonas intersticiais”, como nos fala Hannerz (1997), na qual as trocas (políticas e culturais) não seriam (apenas) concorrenciais, mas também relacionais.

As posições socioprofissionais dos egressos estariam mais próximas de um cosmopolitismo construído por um olhar e atuação de mediador/a que conhece seu lugar geográfico e político e tem poder de barganha e de circulação porque possui também conhecimento acadêmico. Gilberto Velho (2010) destaca a noção de ‘plasticidade cultural’ envolta na atuação mediadora, portanto mais próxima de um cosmopolitismo:

Está em jogo uma plasticidade sociocultural que se manifesta na capacidade de transitar e, em situações específicas, de desempenhar o papel mediador entre grupos e códigos. O cosmopolitismo pode ser interpretado como expressão desse fenômeno que não é apenas espacial-geográfico, mas um potencial de desenvolver capacidade e/ou empatia de perceber e decifrar pontos de vista e perspectivas de categorias sociais... (Gilberto Velho, 2010, p. 19).

Essa característica cosmopolita (cujo conceito não se prende à mobilidade geográfica) também está presente no fato de que os agentes mediadores, em muitos casos, têm adquirido capacidade de diálogo e qualificativos para adentrar como profissional também nos quadros institucionais do Estado (vide quadro 1). A

fala a seguir de Júlio é bastante significativa dessa dinâmica. Este egresso faz parte de uma família fundadora do PT, do MPST, do STTR, da Escola Comunitária Casa Familiar Rural (CFR) no município de Placas, ou seja, todo um quadro institucional e agentes posicionados como adversários políticos dos grupos que historicamente têm dominado o poder municipal (fazendeiros, madeireiros, etc.). Apesar disto, esse egresso fala de um processo de construção de diálogo com a prefeitura e a secretaria municipal de educação. A sua experiência política e profissional nas comunidades, sobretudo a partir da CFR, seja como educador, seja como extensionista rural, lhe atribui competência profissional, mas a universidade teria sido uma espécie de lugar de legitimação da posição e da fala do mesmo para entrada naquelas instituições da ação pública. Vejamos:

...é um processo de construção, e aí quando eu comecei a estudar aqui [na UFPA] eu comecei a ter relação além da CFR, eu tive que ter relação também direta com a SEMED, precisava pedir autorização para estágio, ia lá com eles, reunia para ter um diálogo entre a universidade e a SEMED, e essa ponte ficou em mim, né? Eu tive essa relação, e aí eles começaram me ver como, não como adversário, mas como um aliado para trabalhar na melhoria da qualidade da educação, não foi só porque eu mudei. Na verdade, eu não mudei, eu estou trabalhando nas duas áreas [CFR e escolas municipais] (Júlio.

Município Placas. Turma 1 Ed do Campo. Entrevista/julho de 2019).

Entre os egressos que constituem o segundo grupo das tipificações usadas aqui para falar das formas de agenciamentos – ou seja, os que têm relação política mais com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Estado do Pará (SINTEPP) do que com o ‘movimento social da região’ representativo dos agricultores, mas têm uma *experiência de campesinato de fronteira* – é possível dizer que houve um deslocamento de sua posição sociopolítica de lideranças e/ou de mediadores no nível da comunidade, para uma posição de mediadores com atuação municipal. Isto se faz sentir no reconhecimento do saber acadêmico desses agentes nos quadros institucionais da ação coletiva (do SINTEPP) e, principalmente, da ação pública, para desenvolvimento de ações de formação e atualização profissional de docentes, nos debates públicos em torno da questão educacional do campo. Estes estariam contribuindo para tornar a educação do campo uma pauta pública no interior desses quadros institucionais e que, certamente, têm influenciado a inserção desta temática nas ações do governo municipal:

...a gente contribui né, principalmente quando fala do grupo de educação do campo, das políticas públicas, assim fazer algumas

colocações, porque a gente vê lá no círculo que não tem aquela área específica. Tem os coordenadores que trabalham na educação do campo, das formações, mas não é diferenciada..., então a gente vai trabalhar os temas mais voltados para o campo, e os professores da cidade trabalham os temas da cidade... Fazendo algumas colocações principalmente sobre as políticas públicas porque não chega lá na escola do campo, e também sobre tentar trabalhar esse ensino contextualizado... (Mara. Município Pacajá. Turma 2 Ed do Campo. Entrevista/julho de 2019).

O efeito da formação universitária neste amplo processo de reconhecimento de certa autoridade acadêmica para falar no interior dos quadros institucionais da ação coletiva, bem como em instituições do Estado, reveste-se de distinção social que se revelaria – a exemplo das falas acima – através de um conhecimento distinto e um reconhecimento dos traços distintivos que os definem. Produto do *habitus*, a distinção social sintetiza e expressa as diferenças da condição de classe (Bourdieu, 2007). Esta característica dos egressos se manifesta em algumas expressões que utilizam para falar de si e da relação com os outros:

A) “As portas se abriram pra mim após a formação”. Há uma espécie de capital social enquanto recíproco reconhecimento entre os mediadores e os demais agentes do campesinato, sobretudo, das organizações sociais/sindicais e comunitário-religiosas, conferindo a

posição publicizada desses egressos, ao lado de um pertencimento à rede de relações constitutiva do grupo, e que permitiria aos agentes mobilizarem proximidades e trocas materiais e simbólicas.

B) “As pessoas querem ouvir o que temos a falar”. Um capital cultural, seja em forma de bens culturais, seja em estado institucionalizado como o capital escolar sancionado pela UFPA/Faculdade de Etnodiversidade – que se torna “parte integrante da ‘pessoa’, um *habitus*” (Bourdieu, 1999, p. 74-5).

A posição de reconhecimento e distinção social tem possibilitado dois movimentos importantes nas ações e nas representações sociais dos mediadores.

1- O primeiro diz respeito à mobilidade profissional nos quadros institucionais. No quadro 1 é possível ver que há uma ascensão que parte da atuação nos STTRs, CFR, para uma atuação nos quadros da ação pública (cargos de vereadores; cargos de docência da rede municipal e universitária, cargos em secretarias ligadas à agricultura, ao turismo, etc.), bem como ascensão à cargos de direção no interior da ação coletiva: de militantes ou ocupantes de cargos técnicos à presidente/a do STTR, presidente/a nas associações, sobretudo da CFR.

Quanto à passagem da posição de mediador à de ator político no legislativo municipal, é interessante o destaque que os egressos dão ao fato do curso ter lhes dado visibilidade e construção de habilidades para a fala pública e fundamentada durante o processo de formação, especialmente nas atividades que desenvolviam nos Tempos Comunitários, como feiras culturais, cursos, seminários temáticos, audiências públicas, etc. Vejamos o depoimento a seguir gerado a partir da pergunta acerca das motivações para envolvimento na política partidária municipal:

...eu sempre desenvolvi um trabalho social [assistência técnica aos agricultores, prestação de serviços agropecuários ao STRR, etc] mas nunca com intuito político e essa minha decisão ela vem muito pela minha formação, porque eu acabei descobrindo que se eu ficar onde eu estou eu vou ajudar menos do que eu ser candidato a vereador. Uma, porque talvez a possibilidade de eu me projetar politicamente eu possa ajudar mais ainda (Júlio. Município Placas. Turma 1 Ed do Campo. Entrevista/outubro de 2020).

Nas últimas eleições municipais (outubro de 2020), além de Geane, que já vinha se colocando como candidato a vereador/a, outros egressos manifestaram interesse em se colocar na atuação pública via cargos políticos, sejam os que já tinham esse perfil e já desenvolviam atividades típicas de mediadores sociais, como Júlio, mas não se viam como

vereador/a ou prefeito/a; sejam egressas (sim, sobretudo mulheres!) que não tinham esse perfil de mediadoras ou de lideranças locais (Simara), ou tinham pouco (Rosa e Kátia) e se candidataram ao legislativo municipal, como elas disseram, “e não foi para preencher os 30% de obrigatoriedade de mulheres nas chapas”. Vejamos no depoimento a seguir, o papel do capital cultural nessa espécie de encorajamento para se projetar na política partidária e na ampliação do capital social pré-existente:

Com essa formação nós fomos vistos com outros olhos. A nossa base, nós tínhamos toda essa base mais na parte comunitária, mas quando tu leva pro lado político, a nossa voz não ecoava como ecoa hoje... Os meus argumentos depois do Educação do Campo são muito seguros e eu consegui montar uma base de oratória que às vezes impressiona muita gente (Júlio. Município Placas. Turma 1 Ed do Campo. Entrevista/outubro de 2020).

Júlio segue a entrevista dizendo que o grupo do PT com mais peso de decisão local, dado apoio de lideranças regionais e nacionais petistas, (segundo ele “as velhas ou antigas lideranças”), não o permitiram sair como candidato, pois em sua avaliação, ele teria mais chances de ser eleito que outros atores locais apoiados por essas lideranças. Em sua avaliação, o capital social e cultural que possui agora tem despertado conflitos internos, senão maiores questionamentos das relações

internas ao STTR e PT, inclusive com a formação de novos grupos internos, segundo ele de “jovens lideranças” e muitas dessas “passaram pela Educação do Campo”. Ligadas ao STTR e ao PT, no município de Placas, há pelo menos cinco egressos desse curso em cargos de gestão, inclusive a presidência do STTR foi assumida por Jermana, citada no quadro 1, de caracterização dos egressos.

Renilda também aponta com frequência, em seus depoimentos, uma certa ‘crise geracional’ interna aos quadros institucionais da ação coletiva, agravada pela projeção de novas lideranças “estudadas” (com formação universitária). Talvez esse seja um dos efeitos inesperados da qualificação dos atores sociais tão requerida pelo “movimento social da região”.

Seguem os depoimentos de Simara e Rosa, ambas, contrariando muitas das expectativas locais, lançaram-se no pleito eleitoral. Além de uma projeção pública que surpreendeu devido à timidez de ambas, observa-se que o curso superior possibilitou a elas o que definem como “empoderamento” para realizar o sonho de formar-se diante das limitações familiares e conjugais, bem como por verem a si mesmas como capazes de atuar no campo profissional e político, apesar do preconceito de gênero:

O que me influenciou muito [para aceitar o convite de ser candidata à vereadora, feito pela atual prefeita] foi a questão de adquirir conhecimento... para conhecimentos gerais do município... eu sempre tive dificuldade de lidar com o público e encarar isso pra mim vai ser uma experiência muito boa... Eu acho que a questão de eu ter a formação e ela [a prefeita] ter conhecido o meu trabalho... Porque antes a gente não era notada, mas hoje a gente vê que eles já têm um respeito maior pela gente por causa da formação da gente. (Simara. Município Placas. Turma 3 Ed do Campo. Entrevista/outubro de 2020).

... quando você lembra que você tava lá na roça sofrendo...de uma certa forma, as mulheres são condicionadas aos maridos, e as da roça sofrem mais. É a tal falta de formação e informação, e quando me vem à cabeça essa retrospectiva da minha vida, eu me vendo aqui hoje sendo candidata a um cargo pleiteado em sua maioria por homens muito enrijecido, um lugar que é muito duro, grotesco e eu estar lá pleiteando aquele lugar... dá uma satisfação tão grande... eu lutei...(Rosa. Município Medicilândia. Turma 1 Ed do Campo. Entrevista/outubro de 2020).

2 - O segundo movimento diz respeito à capacidade de influenciar decisões e debates públicos, fazendo uso do saber, da competência acadêmica a partir da atuação enquanto profissionais ou enquanto mediadores sociais. Numa posição próxima ao que Foucault (1979) define como intelectual específico, este desenvolve ações na ordem do saber que detém e o faz circular; assume responsabilidades políticas a partir deste saber, intervêm na produção de regimes de

verdade ao fazer serem reconhecidas demandas e assuntos, em geral, negligenciados pelos quadros institucionais da ação coletiva e da ação pública, a exemplo da inserção do debate acerca da especificidade da educação do campo na secretaria municipal de ensino, destacado pela egressa Mara.

### Considerações finais

Argumentamos neste texto que a *experiência de campesinato de fronteira* constitui uma condição social inicial e funcionaria como matriz cognitiva e valorativa para estabelecimento de fronteiras a partir das quais os agentes mediadores estudados constroem processos de identificação e adesão à classe nomeada pelos entrevistados como ‘movimento social da região’, que tem como marco as lutas da ação coletiva representativa do campesinato na Transamazônica pela constituição de quadros institucionais, diante do abandono do projeto de colonização pelo Estado ainda no início da implementação deste.

Há no fluxo das mudanças culturais e políticas um processo de racionalização das formas de organização coletiva que demandam a formação de agentes mediadores capazes de mobilizar argumentos e habilidades cada vez mais fundados na ciência e em outros saberes,

para além dos apresentados pelas lideranças que constituíram aquele movimento social. Isso, em grande medida, expôs a necessidade por cursos de formação universitária nos marcos de políticas públicas diferenciadas.

As disposições ou interiorizações de saberes, valores, gostos, habilidades e representações adquiridas pelos agentes mediadores que são egressos daquele curso parecem operar (construindo ou reforçando), no espaço, um processo de *distinção social* que se revelaria através de um conhecimento distinto e um reconhecimento dos traços distintivos que os definem como pertencentes a uma condição de classe. Produto do *habitus* incorporado nos processos de socialização inicial (direta ou indiretamente na ação coletiva camponesa), esta distinção vem sendo construída ou reforçada pela formação universitária obtida no curso Educação do Campo.

Desta forma, a relevância do estudo em tela situa-se em trazer à tona um dos retornos da ação socioeducativa do curso Educação do Campo, não previstos no programa Pronacampo e, talvez, por isso mesmo, ainda pouco estudado no campo das Ciências Sociais e da Educação, a saber: para além da preparação de educadores para atuarem na docência e gestão de processos educativos escolares e

comunitários (cf. Molina, 2015), os dados aqui analisados expõem a incorporação desse curso superior nas estratégias de reprodução social do campesinato no território Transamazônica, no que concerne à formação de mediadores sociais identificados com a trajetória do mesmo e aptos a desenvolverem ações fundadas no saber formal. Os mediadores sociais com esse perfil se fazem necessários para a continuidade do espaço social construído pelos camponeses no campo de forças de barganha com o Estado e/ou de luta organizada. O curso Educação do Campo tem formado agentes mediadores identificados com o passado de lutas e com um presente/futuro de racionalização da ação política para a qual são imprescindíveis os seguintes retornos socioeducativos daquele curso, revelados pelos egressos analisados: o domínio do saber acadêmico/científico, a obtenção de habilidades linguísticas, (orais e escritas) e uma forma de atuação cosmopolita, que, no caso em estudo, se dá, sobretudo, pela criação de “zonas intersticiais” entre ação coletiva e ação pública, entre lutas, demandas de grupos sociopolíticos e étnicos distintos. Os egressos estão construindo, em suas ações mediadoras, essas formas atualizadas de luta política, instruídos pelo debate acadêmico acerca do diálogo entre meio ambiente, povos e

comunidades tradicionais, direitos sociais, dentre outros temas transversalizados na formação docente interdisciplinar. No campo pessoal, esses egressos também têm manifestado a construção de uma autoimagem positiva, sobretudo as mulheres; no limite, essa forma de sentir e agir os têm encorajado para ocupar espaços políticos antes não projetados por si ou pelo grupo do qual sentem-se pertencer.

Ainda no âmbito dos principais resultados encontrados no artigo em tela, contíguo às habilidades acima referidas e à distinção social desenvolvidas com a formação universitária, os deslocamentos sociais provocados pelo ensino superior diferenciado revelam um quadro de reconversão da posição de egressos no interior dos quadros institucionais da ação coletiva, uma espécie de mobilidade social ascendente desses egressos, especialmente os que já tinham uma relação com as organizações sociais camponesas e sindicais. Entre os egressos que não tiveram a ação coletiva representativa do campesinato como elemento de socialização no passado, observa-se, após a formação superior obtida, uma maior identificação com as lutas coletivas (educacionais ou não) que trazem à tona demandas do campo; em grande medida esses egressos têm se colocado como mediadores sociais em diversas situações,

e apontam a importância da formação diferenciada para assumirem essa posição social.

Por último, destacamos a necessidade de aprofundar a relação entre educação e reprodução do campesinato sob a ótica da mediação social, assim como a reflexão sobre a juventude camponesa e os diversos arranjos sócio identitários na configuração de modos de vida que conjugam a relação orgânica entre campo e cidade, configurando novas ruralidades. Esses são “achados” não previstos no estudo até aqui realizado, mas que suscitam contribuições outras para a temática dos retornos ou mudanças provocados pelo ensino superior diferenciado para populações do campo.

## Referências

Azevedo, S., & Prates, A. P. (Orgs.). (1991). Planejamento Participativo Movimentos Sociais e Ação Coletiva. In *Ciências Sociais Hoje* (pp. 34-50). São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais.

Barth, F. (2000). *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Bertaux, D. (2005). *Los Relatos de Vida – Perspectiva etnosociológica*. Barcelona: Edicions Bellaterra.

Bourdieu, P. (2007). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp.

Bourdieu, P. (2006). *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. Porto Alegre: Editora Zouk.

Bourdieu, P. (1990). *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense.

Bourdieu, P. (1989). *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertand Brasil.

Bourdieu, P. (2004). *El baile de los solteros: La crisis de la sociedad campesina en el Bearne*. Barcelona. Editorial Anagrama.

Bourdieu, P. (1998). O capital social – notas provisórias. In *Escritos de Educação* (pp. 65-70). Petrópolis: Vozes.

Brasil-Mec-Secad. (2007). *Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas*. Cadernos Secad 2. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC).

Caldart, R. S. (2012). Educação do Campo. In *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 257-264). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Cruz, V. C. (2012). Povos e Comunidades Tradicionais. In *Dicionário da Educação do Campo* (pp. 294-599). Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular.

Foucault, M. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Hannerz, U. (1997). Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras chave da antropologia transnacional. *Mana*, 3(1), 7-39. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100001>

Hébette, J., & et al. (2002). Reprodução social e participação política na fronteira agrícola paraense: o caso da

Transamazônica. In *No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará*. (pp. 203-232). Belém: EDUFPA.

Larrère, C., & Larrère, R. (1997). *Do Bom Uso da Natureza: para uma filosofia do meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget.

Meneses, A. S. (2010). *Quando mudar é condição para permanecer: a escola Casa Familiar Rural e as estratégias de reprodução social do campesinato na Transamazônica* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Belém.

Molina, M. C. (2015). Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, (55), 145-166. <https://doi.org/10.1590/0104-4060.39849>

MPST. (1991). *Projeto Global de Desenvolvimento da Região da Transamazônica* (PGDT). (Mimeo).

Neves, D. P. (Org.). (2008). Mediação Social e mediadores políticos. In *Desenvolvimento social e mediadores políticos* (pp. 21-44). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Novaes, R. R. (1994). A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In *Assentamentos Rurais: uma visão multidisciplinar* (pp. 177-183). São Paulo: Ed da Universidade Estadual Paulista.

Pollak, M. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, 5(10), 200-212.

Nussbaumer, B., & Ros, C. (Orgs.). (2011). Trayectoria conceptual de la mediación social. In *Mediadores Sociales: en la producción de prácticas y sentidos de la política pública* (pp. 17-68). Buenos Aires: Fundación CICCUS.

Thompson. E. P. (2009). *Miséria da Teoria: ou uma planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Thompson. E. P. (2008). *Costumes em Comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras.

Velho, G. (2010). Metrópole, cosmopolitismo e mediação. *Horizontes Antropológicos*, 16(33), 15-23. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832010000100002>

Velho, O. (1979). *Capitalismo autoritário e campesinato – um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. São Paulo: Difel.

Wanderley, M. N. B. (1997). Raízes do Campesinato Brasileiro. In *Encontro de pesquisa sobre a questão agrária no tabuleiro costeiro de Sergipe* (pp. 9-40). Aracaju-SE.

Weber, M. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Vol. II.

Wolf, E. (2003). Aspectos das relações de grupos em uma sociedade complexa. In *Antropologia e Poder*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

---

<sup>i</sup> Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. Estes municípios fazem parte do território Transamazônica e Xingu, localizado no sudoeste do Pará.

<sup>ii</sup> Todas as entrevistas foram gravadas mediante autorização dos informantes da pesquisa que assinaram termo de livre consentimento. Assumimos ao longo do texto codinomes para identificação dos mesmos, seguidos da turma a que pertenciam e do município onde residem.

<sup>iii</sup> Engloba “... desde as manifestações... elementares da ação de massa ... até aquelas marcadas pela presença de estruturas organizacionais...como é o caso de alguns movimentos sociais” (Azevedo & Prates, 1991, p. 124). Consideramos ação pública os sentidos projetados pelas políticas, projetos e programas governamentais/estatais.

<sup>iv</sup> Fundamentando-nos em Bourdieu (2007), espaço social é aqui compreendido enquanto relações e posições dos agentes no conjunto de estruturas de decisões e serviços onde se barganha direitos e recursos acionando-se determinados pertencimentos sociais e fazendo-se uso de formas diversas de capitais.

<sup>v</sup> A ambientalização trata-se de um processo sociopolítico em que as ações e projetos passam a ser pautados pelas questões ambientais e pela preocupação moral com o ‘o bom uso da natureza’ (Larrère, C., & Larrère, 1997).

<sup>vi</sup> Entre os anos de 1990 e 1994, os dados da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC) apontavam que apenas 4% dos alunos matriculados na 1ª série chegaram à 8ª série. Sobre a situação profissional dos docentes, identificou-se que 70% não têm vínculo empregatício permanente.

<sup>vii</sup> Capital simbólico relaciona-se com a distinção social, prestígio, percebidos e revelados na posição de “credibilidade” ou de “ser olhado com outros olhos”, que atribui legitimidade aos portadores do mesmo (Bourdieu, 1989, p. 134).

<sup>viii</sup> Capital simbólico relaciona-se com a distinção social, prestígio, percebidos e revelados na posição de “credibilidade” ou de “ser olhado com outros olhos”, que atribui legitimidade aos portadores do mesmo (Bourdieu, 1989, p. 134).

<sup>ix</sup> O capital cultural neste contexto diz respeito ao capital em estado incorporado, ou seja, “sob a forma de disposições duráveis do organismo”; capital que se tornou parte integrante da pessoa como um *habitus* informado pelo capital social, enquanto rede durável de vinculação a um grupo (,1998, p. 74).

<sup>x</sup> Com exceção de duas pessoas entrevistadas, os demais estão cursando especialização por Inversão Pedagógica, na Faculdade de Etnodiversidade/UFGA. Destes, duas estão fazendo mestrado pela Fundação Perseu Abramo. O critério para escolha dos interlocutores foi apenas a disponibilidade dos mesmos.

#### Informações do Artigo / Article Information

Recebido em : 30/08/2021  
Aprovado em: 12/10/2021  
Publicado em: 13/11/2021

Received on August 30th, 2021  
Accepted on October 12th, 2021  
Published on November, 13th, 2021

**Contribuições no Artigo:** Os(as) autores(as) foram os(as) responsáveis por todas as etapas e resultados da pesquisa, a saber: elaboração, análise e interpretação dos dados; escrita e revisão do conteúdo do manuscrito e; aprovação da versão final publicada.

**Author Contributions:** The author were responsible for the designing, delineating, analyzing and interpreting the data, production of the manuscript, critical revision of the content and approval of the final version published.

**Conflitos de Interesse:** Os(as) autores(as) declararam não haver nenhum conflito de interesse referente a este artigo.

**Conflict of Interest:** None reported.

#### Avaliação do artigo

Artigo avaliado por pares.

#### Article Peer Review

Double review.

#### Agência de Fomento

Não tem.

#### Funding

No funding.

#### Como citar este artigo / How to cite this article

##### APA

Meneses, A. S., & Gomes, R. A. (2021). Deslocamentos sociais provocados pelo ensino superior: as ações e percepções de mediadores formados no curso Educação do Campo da Transamazônica e Xingu. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, 6, e12939. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12939>

##### ABNT

MENESES, A. S.; GOMES, R. A. Deslocamentos sociais provocados pelo ensino superior: as ações e percepções de mediadores formados no curso Educação do Campo da Transamazônica e Xingu. *Rev. Bras. Educ. Camp.*, Tocantinópolis, v. 6, e12939, 2021. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e12939>